

# Endurecimento não será explorado politicamente

por Cesar Borges  
de Brasília

Difícilmente o governo brasileiro deverá utilizar deliberadamente a iniciativa de produzir um fato político a partir da renegociação da dívida externa brasileira que possa gerar dividendos capitalizáveis nas eleições de novembro. Foi o que garantiu a este jornal, ontem, uma alta fonte governamental a propósito do endurecimento demonstrado pelo presidente do Federal Reserve Board (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Paul Volcker, que insiste em submeter o programa de ajuste brasileiro à monitoração do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Volcker é visto por essa autoridade brasileira, como o porta-voz e intérprete das intenções do governo americano, mas ressalva, contudo, que o efeito de sua pressão é previsível dentro

do quadro de negociações que os banqueiros estão querendo impor ao País. Quadro que pode não ser favorável à obtenção de novas condições de "spread" e prazos de renegociação das amortizações, mas que também não obriga a que os negociadores brasileiros cedam em seus princípios.

E o princípio fundamental, conforme lembra esta fonte, é o de que a dívida externa brasileira se tornou uma questão de orgulho nacional. A Nação está identificada em relação à não interferência do FMI nas gestões internas da economia brasileira. E, como o Brasil ainda tem fôlego o bastante para garantir seu desempenho na área externa, a tática poderá ser a manutenção das prorrogações "homeopáticas" das dívidas de curto prazo e interbancárias.

## ANÁLISE

A análise dessa fonte sobre a atitude dos bancos credores e do presidente do Fed neste momento indica que não interessa aos credores externos e a seus intérpretes que o programa brasileiro de ajuste interno da economia dê certo, independentemente da monitoração do FMI. "Se der certo, será um péssimo exemplo", afirma, "porque eles não querem que o Brasil seja uma ovelha desgarrada."

Essa autoridade do governo não indica, contudo, a partir de que momento o Brasil poderá produzir uma renegociação ao seu estilo, de forma mais autônoma. Descarta, em princípio, que isso somente poderá ocorrer num quadro de liquidez financeira internacional. "Essa não seria uma boa conjuntura para o Brasil", lembra, indicando que o País não deve torcer para isso.